

# AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO OUTRA POSSIBILIDADE

Márcia de Mattos Fonseca<sup>1</sup>

Viviane Ortiz<sup>2</sup>

Rodolfo dos Santos Silva<sup>3</sup>

## Resumo

Este resumo expandido tem como objetivo geral discutir as transformações ocorridas no mundo do trabalho, bem como a Economia Solidária no cenário brasileiro como uma forma de desenvolvimento econômico e social alternativo. Para isso, buscou-se a compreensão das transformações e reestruturações produtivas ocorridas historicamente no mundo do trabalho. Utilizou-se estudos sobre o modelo de industrialização com base Taylorista, Fordista e Toyotista, que acabaram por criar uma relação de trabalho intensivo, precarizado e de exploração da mão de obra. Com o avanço da tecnologia, potencializada por uma onda neoliberal e globalizante, houve uma elevação da redução de postos de trabalho no mercado de trabalho. Por outro lado, outras alternativas são buscadas por aqueles que ficaram de fora desse modelo de globalização, como a Economia Solidária. A metodologia adotada foi a utilização da pesquisa bibliográfica qualitativa, por meio da consulta em artigos, revistas, livros e *sites*. Autores como Porto (2016), Singer (2003), Souza (2012), entre outros, foram consultados para a fundamentação teórica.

**Palavras-chave:** Economia solidária. Reestruturação produtiva. Uberização.

## 1 Introdução<sup>4</sup>

Esse resumo expandido tem como tema: *As transformações no mundo do trabalho e a Economia Solidária como outra possibilidade*, cujo objetivo geral é discutir as alterações no trabalho. O intuito é compreender como a economia solidária pode se tornar uma alternativa para reduzir as mazelas deixadas pelo modelo de reestruturação produtiva de redução de postos de trabalho, ampliadas pelo período de pandemia e desemprego.

O problema da pesquisa se baseia na seguinte indagação: *qual a realidade encontrada hoje, no contexto brasileiro, diante das transformações no mundo do trabalho e como a Economia Solidária pode se tornar uma opção eficaz e efetiva?* A justificativa está na necessidade, cada dia maior, de uma nova forma de economia; uma economia que possibilite ao cidadão superar essa condição de desemprego e alcançar melhores condições de vida em sociedade. Assim, almeja-se que o cidadão passe a obter ganhos monetários que garantam o controle e responsabilidade sobre seus rendimentos e a possibilidade de gerir seus recursos sem interferência direta de empregadores. A metodologia adotada foi uma pesquisa

---

<sup>1</sup>Assistente Social, professora e participante do Grupo de Pesquisa: Participação Popular na Determinação do Orçamento Público e Economia Solidária. E-mail: mciafonseca@hotmail.com.

<sup>2</sup> Graduada em Pedagogia e Administração. Pesquisadora voluntária no grupo de pesquisa Participação Popular na Determinação do Orçamento Público e a Economia Solidária. E-mail: vivi\_ortiz76@hotmail.com.

<sup>3</sup> Professor Doutor do curso de Serviço Social UNINTER e Coordenador do Grupo de Pesquisa: Participação Popular na Determinação do Orçamento Público e Economia Solidária. E-mail: rodolfosilva2020@uol.com.br.

<sup>4</sup> Classificação do Trabalho: Resultados de pesquisa desenvolvidos junto ao Projeto de Pesquisa do Curso de Serviço Social. Polo de Apoio Presencial: Curitiba-Paraná.

bibliográfica qualitativa, por meio da consulta em artigos, revistas, livros e *sites*. Autores como Porto (2016), Singer (2003), Souza (2012), entre outros, embasaram o estudo.

## **2 Formação organizativa do trabalho e seus novos contornos: economia solidária, uma outra possibilidade**

No Brasil, segundo IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020), a taxa de desemprego no país subiu para 14,4% (setembro/2020); ou seja, mais de 14 milhões de desempregados, sem contar os que não constam nas estatísticas, pois se encontram em atividades informais (ambulantes, catadores de materiais recicláveis, etc). Diante dessa realidade, prega-se o discurso de que o trabalho está sendo extinto. No entanto, na contramão dessa afirmação, Antunes (2014), em seu artigo *Desenhando a nova morfologia do trabalho*, descreve que há uma degradação do trabalho através de múltiplas formas; isto é, novas formas de trabalho, a partir de sua materialidade e imaterialidade, o que converte o trabalho vivo para morto; como exemplo, desse trabalho material e imaterial existe o desenvolvimento de sofisticados *softwares*, onde há transferência dos saberes do homem para a máquina informacional.

Essas transformações e reestruturações históricas produtivas do trabalho, como era da industrialização no século XX — sob os modelos Taylorista, Fordista e Toyotista —, trouxeram em seu bojo o trabalho escravo e precarizado; nesse âmbito, explorava-se, também, a mão de obra feminina e infantil. Nesse contexto, a tecnologia que potencializa o modelo neoliberal e globalizado, que valoriza os interesses do mercado e lucratividade dos donos do capital financeiro, extingue postos de trabalhos e aumenta a pobreza e sobrantes (que não adentraram no mercado).

A flexibilização do trabalho e a perda dos direitos trabalhistas se acentuaram a partir do modelo japonês Toyotista; ele caracterizou o como trabalho mecânico, repetitivo, com longas jornadas, desperdícios e com impactos sobre a lucratividade. Este novo modelo buscou um trabalhador polivalente, qualificado e que entendesse e apresentasse habilidades e competências — diante do processo produtivo. No entanto, segundo Porto (2016, p. 37), há uma “refeudalização das relações sociais de produção, sendo o operário transformado no orgulhoso vassalo de uma firma.”

Apesar do aumento progressivo pela conquista dos direitos trabalhistas no século XX, o modelo toyotista trouxe a precarização do trabalho, o que implicou nas condições e remuneração. Peres (2020) constata que isso resultou em novas morfologias do trabalho no cenário brasileiro, visíveis ainda na contemporaneidade.

Ao citar dados estatísticos do IBGE, Barros (2020) argumenta que somente em 2019 mais de 4 milhões de brasileiros usaram as plataformas digitais como alternativa de trabalho, o que estabeleceu uma ligação entre trabalhadores e consumidores. A publicação nº 215 da revista RADIS (2020) apresentou pareceres da Fiocruz e da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ sobre a realidade laboral desses trabalhadores que não são protegidos pelas leis trabalhistas e exercem suas atividades sob condições insalubres, expostos ao COVID-19, além de enfrentar jornadas exaustivas e baixa remuneração. Esses trabalhadores são responsáveis pelo equipamento de proteção individual e pelas *bags* com propaganda das empresas contratantes; ou seja, não recebem remuneração ou ganhos monetários em caso de faltas ou acidentes.

No modelo de desenvolvimento econômico atual, o Estado tem seu papel cada vez mais reduzido na regulamentação do mercado e dos direitos trabalhistas, o que atende aos interesses da economia capitalista e da classe dos grandes produtores e comerciantes. Para o enfrentamento desse modelo opressor e explorador, que incentiva o consumo desordenado, propõe-se a Economia Solidária que, segundo Souza (2012), “beneficia o coletivo; justa distribuição de riquezas; menos desigualdade social; combate ao desperdício; fome; miséria, preserva e conserva a natureza; consumo consciente; autogestão.” (SOUZA, 2012, p. 98).

## 2.1 Economia solidária

De acordo com Singer (2003), o termo Economia Solidária (ES) surgiu no final do século XX como uma alternativa às sociedades capitalistas neoliberais, fortemente marcadas pelo individualismo competitivo. Esse conceito enseja uma nova lógica financeira e produtiva que busca igualdade, justiça e solidariedade entre os membros da organização envolvidos, podendo, “ao cabo de alguns anos, dar a muitos, que esperam em vão um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria individual ou coletivamente.” (SINGER, 2003, p. 138). Esse conjunto de atividades econômicas é caracterizado pela autonomia e autogestão de cada unidade financeira ou empreendimento, onde consumidores, poupadores, prestadores de serviços, credores, entre outros membros, são movidos por princípios administrativos democráticos e igualitários.

Silva & Silva (2018, p. 4) defendem a Economia Solidária como uma forma alternativa de desenvolvimento econômico e social, que cresce e se torna viável em função das crises econômicas e sociais. Esse modelo não oferece ameaças ao sistema capitalista, pois engloba uma parcela da população cujos interesses financeiros não se encaixam nos padrões

previamente estabelecidos. No entanto, é urgente e necessário o planejamento e desenvolvimento efetivo de instituições democráticas sólidas, que estejam integralmente preparadas para enfrentar esses novos desafios.

A Economia Solidária, organizada sob forma de autogestão financeira, compreende atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, onde, segundo Gerck & Fraga (2010), o cidadão pode ser respaldado ao contestar o sistema social em que está inserido. Desta maneira, os indivíduos podem buscar investimentos condizentes com suas necessidades, o que possibilita, até mesmo, que lutem contra a exclusão social.

### 3 Considerações finais

Devido a diferentes fatores como jornadas exaustivas, baixa qualificação para o mercado, busca por novos desafios como trabalhadores autônomos e, recentemente, a crise trazida pela disseminação do COVID-19, o número de empregados registrados formalmente e com contratos de trabalho apresenta-se cada vez menor. Essa situação traz uma imensa preocupação econômica e financeira no cenário capitalista brasileiro. Trabalhadores buscam uma forma diferenciada de atenderem suas necessidades financeiras por meio de práticas informais, oferecendo produtos e serviços sem estarem, necessariamente, atrelados a uma organização empresarial.

Neste cenário, a Economia Solidária, por propor uma alternativa de autogestão financeira, oferece aos indivíduos a oportunidade de melhor administrarem seus ganhos e, concomitantemente, apoiarem cidadãos que pensam e atuam de maneira similar; contudo, uma das maiores preocupações encontradas nesse contexto é a falta de informação em relação ao funcionamento, aplicabilidade e reais expectativas da Economia Solidária, o que atrasa a expansão do conceito, principalmente, aos maiores interessados.

### Referências

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 15. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

BARROS Alerrandre. Devido à pandemia, pelo menos 3 milhões de pessoas ficam sem trabalho. **Agência de Notícias**, 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28613-em-quatros-meses-de-pandemia-3-milhoes-de-pessoas-ficam-sem-trabalho-no-pais>. Acesso em: 19 out. 2020.

GOERCK, C.; FRAGA, C. K. Economia Popular Solidária no Brasil: um espaço de resistência às manifestações de desigualdade da questão social. **Vivências: Revista Eletrônica de Extensão da URI**, v. 6, n. 9, 2010.

IBGE. Desemprego chega a 14,4% e atinge 14 milhões de pessoas no fim de setembro. **Empregos e carreiras**, 2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2020/10/16/pnad-covid-ibge.htm>. Acesso em: 06 nov. 2020.

PERES, Ana Claudia. Olha o breque. **Radis**, 2020. Disponível em: <https://radis.ensp.fiocruz.br/index.php/home/reportagem/olha-o-breque>. Acesso em: 19 out. 2020.

PORTO, Ana Carla Vaz. O toyotismo e a precarização dos direitos trabalhistas. **MP-SP**, 2016. Disponível em: [http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao\\_e\\_divulgacao/doc\\_biblioteca/bibli\\_servicos\\_produtos/bibli\\_boletim/bibli\\_bol\\_2006/RDTrab\\_n.170.09.PDF](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RDTrab_n.170.09.PDF). Acesso em: 19 out. 2020.

RADIS. **Publicação 215**. 2020. Disponível em: <https://radis.ensp.fiocruz.br/index.php/todas-as-edicoes/215/>. Acesso em: 19 out. 2020.

SILVA, José Luís Alves da; SILVA, Sandra Isabel Reis da. A Economia Solidária como base do desenvolvimento local. **E-cadernos**, [s.l.], 2018. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/1451>. Acesso em: 01 out. 2020.

SINGER, Paul. Economia Solidária: Geração de renda e alternativa ao neoliberalismo. *In*: CATTANI, Antônio David (org.). **A Outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

SOUZA, Ana Inês (org.). **Escola de formação básica multiplicadora da economia popular solidária: História Social do Trabalho. Metodologia e Sistematização de Experiências Coletivas Populares**. Curitiba: L. F. Editora (CEFURIA), 2012.